

Em votação a reforma administrativa do Senado

7 MAI 1986
BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

A pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição e Justiça do Senado inclui os dois projetos de resolução (n.ºs. 149 e 150) que tratam da pretendida reforma administrativa da Casa. A matéria, cuja tramitação teve início no final da sessão legislativa do ano passado, suscitou algumas divergências de interpretação, mas, segundo explicou ontem o diretor-geral do Senado, Lourival Zagonel dos Santos, o objetivo da reforma é a criação de regras e princípios "transparentes e absolutamente limpidos, todos eles baseados no mérito funcional". E não haverá nenhuma nova contratação muito menos "trens de alegria", garantiu.

As duas proposições não modificam nem mesmo o regime de trabalho dos atuais funcionários, criando-se apenas um quadro único, nele convivendo os regimes de CLT e estatutário. Para a elaboração dos projetos, o

Senado criou uma comissão especial, que debateu o assunto inclusive junto ao público interno. O próprio 1.º secretário do Senado, Enéas Faria (PMDB-PR), em entrevista coletiva concedida no comitê de imprensa, ainda no final do ano passado, mostrou os objetivos pretendidos, enquanto cópias dos dois documentos eram distribuídas aos senadores que, posteriormente, apresentaram quase 30 emendas.

A última reorganização administrativa do Senado registrou-se em 1972, através da Resolução n.º 72, e também quando da implantação na Casa do Plano de Classificação de Cargos, nos moldes estabelecidos em leis, nos anos de 1970 e 1972, ocasião em que a folha de pagamento do Senado incluía 1.500 servidores. A partir dessa reorganização, "que criou cargos vitalícios, ao contrário do que propõem os dois novos projetos", centenas de servidores foram admitidos, ao longo dos anos e sem o competente concurso público. Hoje, o Senado conta com 3.200 funcionários.